

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS NO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Cleivaldo Siqueira Pereira¹

RESUMO:

A temática a ser apresentada e debatida ao longo deste artigo busca dar enfoque a questão agrária em Mato Grosso do Sul e, de modo específico, no município de Deodápolis, possibilitando trazer para a discussão os aspectos socioterritoriais e a disputa pela terra. Nesse sentido, torna-se de grande relevância buscar elementos a partir de reflexões teóricas e dados empíricos sobre os processos de ocupação rural em escala regional e local, objetivando um maior entendimento sobre as relações sociais envolvendo os camponeses e os grandes latifundiários, com destaque na atualidade, para a produção agroindustrial, com ênfase ao setor canavieiro.

Palavras-chave: Territorialidade, Produção Canavieira, Camponês.

ABSTRACT:

The theme to be presented and debated throughout this article, seeks to focus on agrarian issues in Brazil and in the world especially in a specific way about the municipality of Deodápolis, making it possible to bring to the discussion the socio-territorial aspects and the land dispute. In this sense, it is of great relevance to look for elements based on theoretical and practical concepts about the regional and local rural occupation in which the productive chain was constituted in the mentioned municipality, seeking a greater understanding on the peasant relations and the large landowners, with In the present time, for Agroindustrial production, with emphasis on the Sugarcane sector.

Keywords: Territoriality - Sugar cane production - Peasants.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído por meio de discussões e debates teóricos através de textos científicos e observações práticas que contribuíram para a produção deste trabalho. Desse modo, a proposta aqui apresentada busca o diálogo teórico com autores que apresentam elementos cruciais na abordagem dos aspectos de

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: dadosiqueira@hotmail.com.

territorialidades, territórios, agronegócio, uso da terra e as relações sociais, tendo como objeto central de estudo a expansão territorial da produção canavieira no município de Deodápolis.

Dessa maneira, a proposta de trabalho busca trazer para discussão os principais elementos transformadores na cadeia produtiva do referido município a partir de 1970, tendo em evidência as novas territorialidades expansionistas, possibilitando novas relações socioterritoriais e econômicas. Na perspectiva de entendermos o território, recorreremos a afirmativa de que: o “espaço é anterior ao território e se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 113).

Haesbaert (2006) analisa o território por meio de três vertentes básicas: 1) jurídico-político (territórios-zona), no qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”, especialmente o de caráter estatal; 2) simbólico-cultural (aglomerados de exclusão), que “prioriza dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; e 3) econômico (territórios-rede), “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho”. (HAESBAERT, 2006, p.40). Desse modo, é importante ressaltar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Mizusaki (2003) destaca que o território não precisa necessariamente estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou um grupo de agentes, de controle de determinado espaço. Nesse sentido, o município de Deodápolis apresenta em seu contexto histórico uma conjuntura socioespacial de grandes mudanças e reestruturações territoriais a partir de novas territorialidades produtivas.

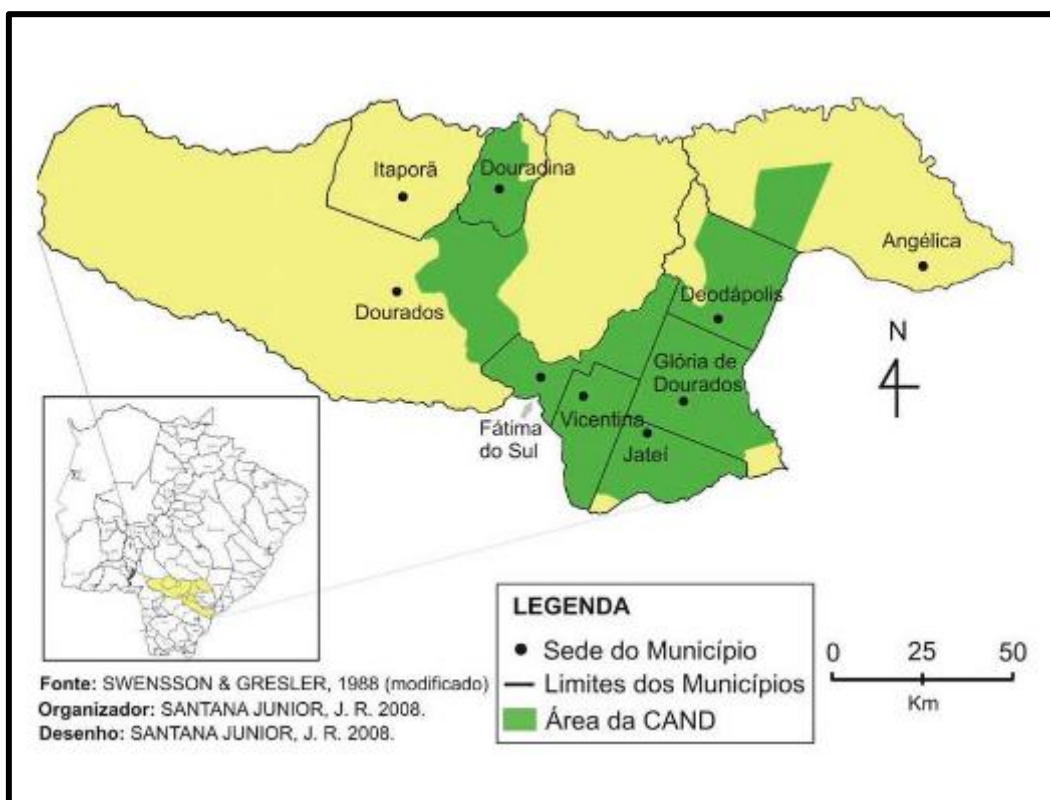
O município de Deodápolis pertencente à antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), foi implementada a partir de 1943, pelo governo de Getúlio Vargas, no contexto de uma política denominada de “Marcha para o Oeste”, que incentivou a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste do país, a partir do processo de ocupação do espaço, expandindo a produtividade na região, e conseqüentemente, começaram os desmatamentos desordenados, onde desencadeou a extinção de várias espécies da fauna e da flora da porção sul do, então, Estado do Mato Grosso.

O processo de colonização desenvolvido na região meridional de Mato Grosso do Sul teve, como principal objetivo, o povoamento de uma área próxima à fronteira com o Paraguai. Com esse intuito, o governo federal incentivou a entrada de grande contingente populacional que, no processo de ocupação, transformou, em pouco tempo, uma grande área de mata em lavoura e pastagem, com forte prejuízo para o meio ambiente. (LIMA, 2006 p. 136).

Nesse contexto, observa-se, a partir de então, uma nova perspectiva produtiva na região que se voltava para a Agricultura e Pecuária. A nova estrutura produtiva da agricultura, organiza um novo modelo econômico de produção, caracterizado pela organização de redes de produção agroindustrial, elevando assim, a produção e o consumo, estabelecendo novas complexidades na organização do espaço agrário e urbano, e também, o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.

Para o entendimento inicial da atual configuração da economia agrária da região de Dourados, é necessário primeiramente compreender o seu processo de formação, ou seja, seu contexto histórico. Com isso, torna-se essencial a compreensão do desenvolvimento regional a partir da criação da CAND. Conforme podemos observar no mapa 1.

Figura 1 – Localização da CAND na Região de Dourados



Fonte: Santana Junior (2009).

A formação territorial agrária da região teve impulso com as políticas do Governo de Getúlio Vargas, que intensificaram a ocupação de terras devolutas no país, objetivando descentralizar o alto índice demográfico dos centros urbanos, resguardando o território e, assegurando a nacionalidade das fronteiras e seus recursos naturais.

O processo de colonização esteve atrelado a diretrizes governamentais, com incentivos à produção agrícola, através da distribuição de terras gratuitas, visando o aumento da oferta de alimentos. Nesse sentido, pretendia-se desenvolver regiões urbanas e industriais, para qual, tornava-se necessário integrar o interior do país à economia nacional. Almejava-se povoar imensas áreas pouco ocupadas do território nacional e, sobretudo, temia-se que as áreas de fronteira fossem apoderadas por outros países. Assim,

o sul do então estado de Mato Grosso, por ser uma área de fronteira, com baixa densidade demográfica, foi escolhido para sediar um dos projetos de colonização do país (SANTOS, 2000).

A criação das Colônias estava ligada diretamente na fixação do homem no campo através da implantação da pequena propriedade, tendo em vista, a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, do capital agrícola. Dentro desse contexto, Ponciano (2001, p. 100) destaca que:

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la.

Diante desse contexto, observa-se a necessidade de introdução agropecuária para o aumento produtivo no município de Deodápolis, sendo que no final da década de 1970 até a metade de 1980 essa região se destacava no cultivo de algumas lavouras de subsistências e de amplitude comercial, tais como o algodão, amendoim, milho, arroz, feijão. O milho, ainda na época da CAND, esteve presente ocupando grandes extensões de terras no referido município, no entanto a sua forma de plantação era muito diferente daquela do milho safrinha, hoje cultivado na mesma área da soja. A partir da segunda metade da década de 1980, os aspectos produtivos dessa região (Deodápolis) passam por algumas transformações, muitas dessas lavouras desapareceram, outras sofreram reduções drásticas, e outras, mudaram sua forma de cultivo e o tipo de mercado para o qual eram destinados.

Neste sentido, pode-se constatar uma sensível redução das lavouras em comparação com o tempo da CAND, além de grandes mudanças nos tipos de lavouras que são cultivadas atualmente, por exemplo, as lavouras de maior expressão são a soja, o milho e o grande avanço da produção canavieira, o que proporciona grandes transformações por essa última, dentro da conjuntura socioespacial e ambiental no município de Deodápolis. É importante ressaltar o modo em que essas novas fontes de desenvolvimento econômico produtivo estão sendo inseridos no campo, ou seja, são

lavouras mecanizadas e plantadas em propriedades maiores que aquelas do período da CAND.

Com isso, houve a desestruturação das pequenas propriedades, provocando a venda de lotes e, conseqüentemente, a migração dessas famílias para as cidades. Diante desse contexto, a desestruturação contribuiu para promover uma nova estrutura fundiária, baseada nas médias e grandes propriedades, para instalação e intensificação da agricultura capitalista (agronegócio), cuja produtividade é voltada para abastecer o mercado externo.

Essa estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e, ao mesmo tempo, excludente, que tende a se fortalecer a partir da nova estrutura produtiva que se instala, ou seja, com o crescente cultivo da cana-de-açúcar na região, atualmente, dificultando ainda mais o acesso à terra para os “pequenos produtores rurais”; esse processo ampliou o avanço do capital, transformando a ordem produtiva da região. De acordo com Oliveira:

Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo. De certo modo, para esses autores os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e dos latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados, homogeneizados, e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário). (2007, p.9)

Com isso, observam-se grandes transformações nos últimos anos ocorridas no município de Deodópolis, principalmente com base nas mudanças produtivas da região, apresentando em seu contexto socioeconômico impactos socioterritoriais em virtude dos grandes avanços do agronegócio, que por sua vez, se volta com grande destaque para produção canavieira, visto que o município está localizado em um centro estratégico, onde várias usinas sucroalcooleiras estão instaladas em municípios vizinhos, estabelecendo novas relações socioterritoriais e relações de trabalho com a população Deodapolense.

O setor canavieiro está implantado em Mato Grosso do Sul desde o ano de 1983, porém sua territorialização não gerava um reflexo tão expressivo na economia, na cultura, nos serviços públicos locais e nas relações de trabalho como a partir do ano 2000. Isto se deve ao fato de que, no início, o cenário político era outro e o setor não se revelava tão destrutivo diante do processo de expansão. O avanço do setor canavieiro é visível, no que diz respeito à substituição da pecuária e da soja, ou seja, começou haver conflitos e

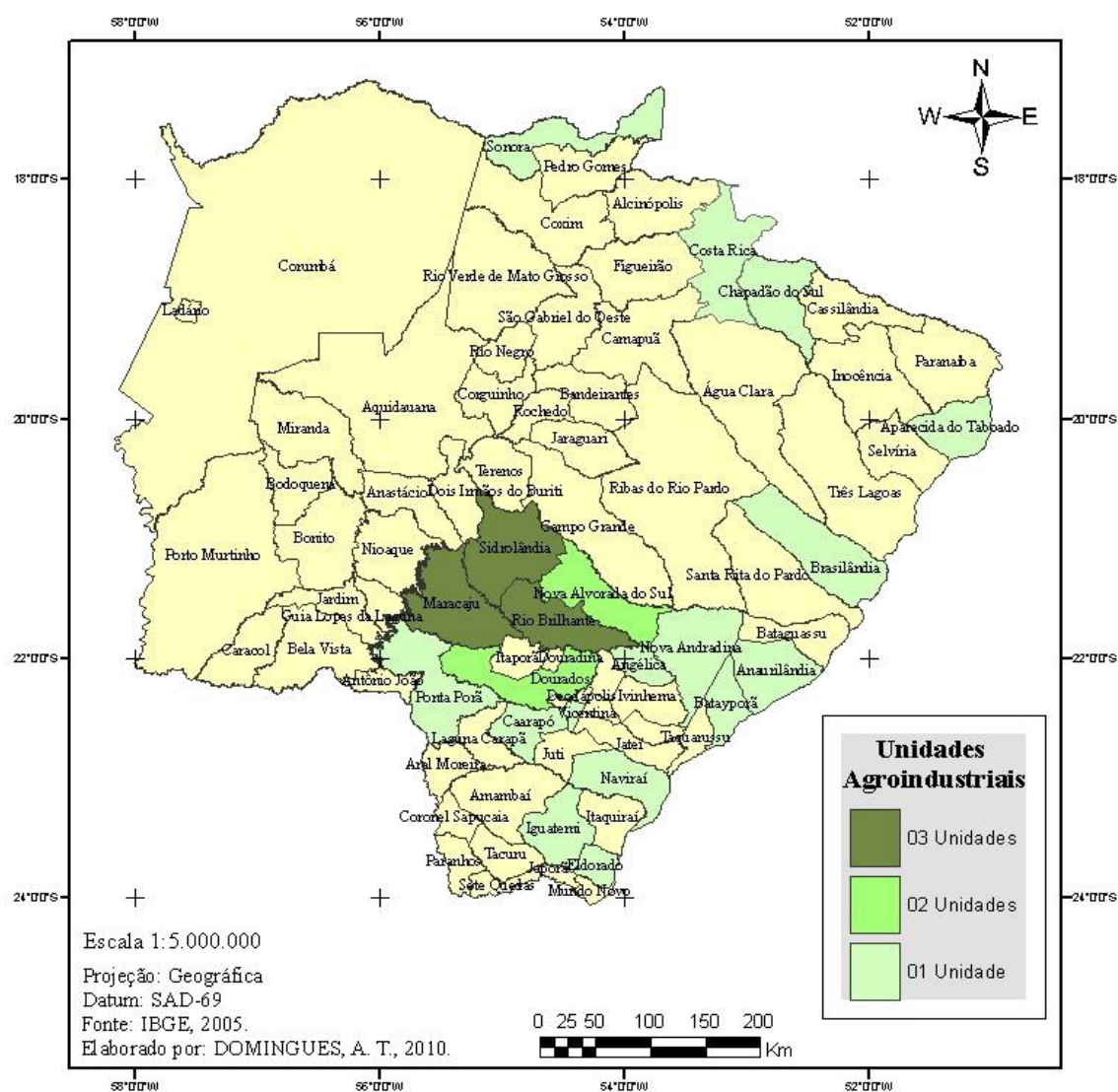
embates entre as frações das classes capitalistas (usineiros, proprietários de terras, arrendatários, etc.). Harvey (2005, p.41) comenta sobre essas disputas espaciais dentro de uma lógica de acumulação de capital que se faz sempre por meio da expansão territorial do capital.

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

Pode-se entender que há uma corrida desenfreada do capital por meio do agronegócio. Esse processo evidencia o lado contraditório e desigual da expansão capitalista, provocando uma série de impactos negativos como: a degradação ambiental, a expulsão das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais, a artificialização da produção agrícola, as instabilidades na soberania alimentar, precarização das relações de trabalho, mudanças estruturais no mundo do trabalho, causando uma série de impactos socioterritoriais. Desse modo, verificamos que o município de Deodápolis, assim como outros municípios localizados na região Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, vem sofrendo grandes transformações econômicas, sociais, políticas, ambientais e territoriais a partir da inserção do capital agroindustrial canavieiro.

A figura 2 nos apresenta uma visualização com dados informativos no período de 2010 sobre a territorialização de unidades agroindustriais canavieiras nos municípios de Mato Grosso do Sul. É importante observarmos que há um predomínio e uma concentração maior das unidades agroprocessadoras na região Centro-Sul do Mato Grosso do Sul, no entanto há também, algumas outras unidades espalhadas pelo restante do estado, com exceção da região pantaneira, que é protegida por lei.

Figura 2 – Localização das Unidades Agroindustriais Canaveiras de Mato Grosso do Sul



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Podemos considerar que o avanço desenfreado do setor canavieiro no Estado de Mato Grosso do Sul está desenhando novos rumos no tocante às relações políticas, sociais, econômicas e territoriais.

OS AVANÇOS TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA EM MATO GROSSO DO SUL

O presente trabalho busca discutir as questões socioterritoriais, além dos aspectos econômicos, o uso da terra e as relações de trabalho no município de Deodópolis, sendo este situado na região da Grande Dourados do estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 209 km da capital. Seus limites são: ao norte com o município de Rio Brillante, ao sul com o município de Glória de Dourados, a leste com os municípios de Angélica e Ivinhema e a oeste com os municípios de Dourados e Fátima do Sul. O município de Deodópolis apresenta boa localização estratégica comparativa a outros municípios de Mato Grosso do Sul, na passagem das rodovias BR 376 e a ligação por meio da MS que ligam as regiões de São Paulo e Paraná e a BR 163, que coloca Deodópolis em destaque, inclusive pela localização e de oportunidades para atrair a atenção de turistas em Fátima do Sul e demais municípios da região, de empresários e população em geral para novos investimentos.

Nesse sentido, o município está ligado indiretamente à produção sucroalcooleira, visto que essa se torna presente nos municípios vizinhos, aos quais podemos aqui citar a Usina Odebrecht Agroindustrial, fundada em 2007, localizada no município de Rio Brillante, a Usina do Grupo Adecoagro tendo instalada uma unidade no município de Angélica e outra no município de Ivinhema, observando, que essa última, é considerada a maior usina sucroenergética da América Latina. Diante desse contexto, este trabalho

visa apresentar as grandes transformações socioespaciais que ocorrem em diversas dimensões a partir da instalação de tais empresas agroindustriais na região.

Constata-se que o cenário do município antes e pós-usinas são bastante distintos, trazendo em seu contexto, diversos impactos socioterritoriais. Investigar estes impactos é o objetivo de nossa pesquisa. Neste contexto, é possível entender que os avanços tecnológicos trouxeram o aumento da produtividade e o crescimento na economia, fatores esses que estão presentes nas transformações territoriais em Deodápolis, ou seja, resultado da ocupação e expansão do uso da terra para o desenvolvimento e ampliação do cultivo canavieiro. Entretanto, é importante ressaltar que tais mudanças exigem cada vez mais trabalhadores capacitados para atenderem as necessidades do mercado de trabalho².

A territorialização das usinas nos municípios vizinhos de Deodápolis estão relacionados aos aspectos que ultrapassam os limites territoriais dos municípios, tendo como perspectiva a exploração e ocupação de terras como fonte de lucratividade para o setor canavieiro, visando cada vez mais o fortalecimento do poderio econômico do sistema produtivo a partir das novas territorialidades do agronegócio formadas a partir um sistema de relações produtivistas, ao contrário das relações existenciais produzidas pelo campesinato. Como comenta Raffestin (1993, p.162).

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder.

Sendo assim, é de grande relevância observar diversos aspectos que estão ligados ao agronegócio, sendo que esse, na maioria das vezes, apresenta um poder de alienação perante a classe de trabalhadora, pois seu objetivo se volta para a troca, o lucro, o acúmulo de capital e, essa última, tem apenas a oferecer sua força de trabalho. De acordo com Oliveira (2007)

² O que seria um tema de grande discussão, porém, para o artigo vamos procurar entender o fato do setor sucroalcooleiro ter ampliado a produção canavieira para além dos limites territoriais dos municípios.

Para o capitalista, a compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar outras mercadorias, ou seja, a única que cria mais valor do que aquela que ela própria contém. Portanto, no ato de produção, o capitalista destina seu capital para a aquisição da força de trabalho e dos meios de produção. Nesse processo, a força de trabalho torna-se propriedade econômica do capitalista, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador (2007, p.37).

Na dinâmica social do município de Deodápolis existe uma parte de sua população que busca obter sua sobrevivência vendendo sua mão-de-obra para as usinas citadas neste trabalho, sendo que nessas oportunidades de emprego geradas pelo agronegócio sucroalcooleiro, fez-se surgir um grande movimento migratório. Para entendermos este processo, é preciso analisar todo processo histórico em que se iniciou a produção canavieira no município até os dias atuais. No primeiro momento, o município recebeu um grande contingente populacional, advindo de diversas regiões do Brasil, principalmente da região Nordeste para trabalharem no corte da cana. Harvey (2005) comenta que este processo é fruto de uma disputa entre as instituições locais que visam à produção de vantagens competitivas (mão-de-obra, recursos naturais, isenção de impostos etc.).

Outro fator de relevância está relacionado a ocupação territorial, a exploração dos recursos naturais, principalmente, o uso dos solos. A consequência desta territorialização do capital é a desterritorialização dos “*camponeses*” que não tiveram outra opção a não ser, venderem ou arrendarem suas terras, por estarem sendo “*sufocados*” pelo agronegócio. É importante ressaltar que a grande maioria desses camponeses não consegue manter-se em suas terras e comercializar seus produtos. Como comenta Martins:

A grande propriedade sempre foi um enclave sujeito a critérios próprios de direito embora ilegais; lugar do reino de arbítrio do senhor de terras, que se torna, por isso mesmo, ainda hoje, senhor da consciência e de pessoas. Esse extraordinário poder multiplicou-se na onda da convenção do grande empresário em proprietário de terra, além do mais, com base numa ampla multiplicação do tamanho das propriedades fundiárias. (2009, p.77).

Nesse contexto, é importante ficarmos atentos aos novos ritmos que estão sendo estabelecidos pelas empresas canavieiras, no sentido das mudanças nas relações de

trabalho, ou seja, a exigência de um profissional cada vez mais qualificado para atender suas necessidades produtivas, fazendo com que ocorra a exclusão de muitos trabalhadores, visto que, grande parte desses trabalhadores não apresenta um nível de escolaridade adequado ao mercado de trabalho. Outro fator de grandes questionamentos e levantamentos de informações está relacionado às possibilidades de saída dessas empresas da região. Com a dependência atual, o que seria da população Deodapolense, caso isso viesse a acontecer? Ou até mesmo, quais perspectivas dessa população a partir do desgaste desenfreado do solo devido ao mau uso, com a intensificação da produção canavieira? De acordo com Martins (1983, p. 151):

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas a expansão do Capitalismo não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre capital e os problemas que vão surgindo.

As grandes mudanças ocorridas nos últimos anos chama a atenção a partir de um olhar cada vez mais significativo com base nas relações sociais e os métodos de avanços produtivos em que as classes dominantes se apresentam na busca de uma acumulação de capital com pretensões de chegar ao poder. Com isso, de outro lado temos um grande contingente populacional que não participa, ou seja, estão subordinados direta e indiretamente pela força do agronegócio, que a cada momento amplia sua espacialidade com grandes investimentos tecnológicos, cujo objetivo é a superprodução, acumulação de capital e controle do poder. Comenta Harvey (2005).

As relações espaciais estão, desse modo, sujeitas a transformação continua. Outras formas de mudança tecnológica podem alcançar o mesmo objetivo, mas por via diferente. Há muitos exemplos contemporâneos de mudança, que liberam a produção da dependência em relação a habilidades localizadas de mão-de-obra, matérias-primas, produtos intermediários, fontes de energia etc. (2005, p.144)

Neste sentido, a ocupação territorial do município de Deodópolis, através da introdução do setor canavieiro, vem transformando a conjuntura socioespacial, de modo a construir novos direcionamentos na cadeia produtiva da região, o que conseqüentemente, está alterando a dinâmica de trabalho da população. No sentido de

intensificar ainda mais o avanço desse modelo de agricultura, o agronegócio canavieiro tem ainda o apoio relevante do Estado e das políticas públicas, por meio, principalmente dos créditos rurais, das pesquisas agropecuárias, dos incentivos fiscais, dos instrumentos de regulação dos preços e dos mercados, das estruturas de armazenamento, entre outros. Segundo Ianni (1996, p. 219-220), o Estado está

[...] no centro das atividades e das reflexões de uns e outros, como síntese das condições e possibilidades ou impossibilidades, das identidades e diversidades [...]. [...] Sob vários aspectos, o Estado moderno e contemporâneo pode realmente ser visto como uma surpreendente obra de arte; uma obra de arte coletiva [...]. [...] A preocupação com a centralidade do Estado na sociedade moderna e contemporânea, isto é, na sociedade burguesa ou capitalista, está presente tanto em Marx como em Gramsci e Mandel, passando por Kautsky, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Hilferding e outros. São vários e fundamentais os temas que polarizam os escritos e as controvérsias desses e outros autores; tanto no âmbito do marxismo como no das polêmicas com autores e teorias alheios. Estes são alguns dos temas frequentes: Estado e sociedade civil, classes sociais e lutas de classes, Estado e capital, democracia e tirania, reforma e revolução, soberania e hegemonia, capitalismo e socialismo. Tudo que diz respeito à sociedade, em seu todo e em partes, ressoa no Estado, como produto e condição [...]. [...] Na história moderna, a vontade do Estado obedece, em geral, às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de intercâmbio [...]. [...] O Estado não é senão o poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários [...]. [...] O Estado moderno, por outro lado, não passa de uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas passarem para sua propriedade, tanto mais se converterá em capitalismo coletivo, e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuarão sendo operários assalariados proletários. A relação capitalista, longe de se extinguir com estas medidas, tornar-se-á mais intensa [...].

Vale lembrar que a territorialização da cana em Mato Grosso do Sul é bastante intenso e vem crescendo em um ritmo muito acelerado nos últimos anos, fatores evidenciados pelo forte interesse do capital internacional na região, a implantação de várias agroindústrias e fortalecimento do Estado nos investimentos. No entanto e esse apoio do Estado ao capital, acaba por fortalecer cada vez mais a agricultura empresarial,

e na contra mão está a agricultura familiar camponesa desfavorecida por parte de tais incentivos, problemáticas enfrentadas também pelos “pequenos” agricultores em Deodápolis, onde muitos agricultores são pressionados pelos grandes produtores capitalistas e esses, principalmente, ligados a produção sucroalcooleira. Isso reflete, no entanto, na expulsão/expropriação/desterritorialização de famílias camponesas do campo.

Desse modo, em meio a diversas temáticas a serem exploradas durante o trabalho, pode-se levar em consideração toda transformação ocorrida dentro da cadeia produtiva dessa região, aos quais está envolvida as relações de trabalho, a perda da terra, os impactos ambientais e a sujeição ao capital, como comenta Martins (1983 p.156).

Por isso é que se diz que a relação entre trabalhador assalariado e o capitalista é uma relação alienadora: O trabalhador aliena sua força de trabalho ao capitalista, entrega a sua capacidade de produzir ao capitalista, sendo esse produto transformado em capital, o qual se tornará estranho ao trabalhador.

Segundo Martins (1980), a expropriação é a instauração do divórcio ou separação entre o trabalhador e as coisas necessárias aos instrumentos trabalho, como a terra, as ferramentas, as máquinas e as matérias-primas, sendo a primeira condição e o “primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo”. A separação ou o divórcio é o que tecnicamente se chama de expropriação, pois o trabalhador “perde o que lhe é próprio, perde a propriedade de seus instrumentos de trabalho”. Entretanto, o trabalhador terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora detém os instrumentos de trabalho.

De acordo com Martins (1995), a troca de força de trabalho e capital sob forma de salário parece justa, mas não é, pois, como percebemos, os sujeitos se veem no final do processo com resultados diferentes em suas mãos. O trabalhador fica apenas com o salário que o permite reproduzir-se num dia exatamente como era no dia anterior, e com o capitalista o processo é diferente: ele se depara com o lucro que o permite reproduzir-se num dia como senhor de uma riqueza maior ainda do que a do dia anterior.

Pode-se observar as mudanças na inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, uma vez que a territorialização do agronegócio canavieiro, constitui-se a partir de novas aberturas estruturais de trabalho, visando aumento da produtividade que, conseqüentemente, terá reflexo na reorganização e transformações nas relações sociais. Com isso, é importante destacar também a expansão territorial a partir do cultivo

e ampliação do setor agroindustrial no município. Desse modo, pode-se aqui destacar também as mudanças ocorridas nas relações de trabalho do município, ou seja, houve uma reestruturação produtiva relacionada a colheita da cana, os “operadores” de máquinas precisam saber muito mais do que apenas suas funcionalidades básicas, é necessário ter um conhecimento mecânico da colheitadeira, sendo este, também, uma das estratégias para acumulação do capital, e controle do trabalho.

Outro aspecto relevante para ser apresentado, é a situação de muitos migrantes, tanto de outras localidades regionais como pessoas que moravam campo e se mudaram para cidade de Deodápolis para trabalharem nas usinas instaladas na região. Com isso, há também aqueles trabalhadores, que mesmo residindo em suas propriedades, se submetem ao trabalho do setor canavieiro, os mesmos têm o objetivo de se manter em sua propriedade e levar o sustento para sua família, uma vez que mesmo sendo um pequeno produtor, não consegue se autosustentar apenas da renda da terra. Esses fatores acabam, por muitas vezes, a obrigar os pequenos proprietários de terras a venderem ou, até mesmo, arrendarem suas terras para as agroindústrias. Isso não significa dizer, que os pequenos agricultores/sitiantes, camponeses e outros sujeitos estão sumindo do campo, porém está apresentado as mudanças que estão ocorrendo no município de Deodápolis devido a expansão da territorialidade capitalista das usinas instaladas nos municípios vizinhos.

Neste sentido, o espaço territorial do município de Deodápolis está relacionado a disputa pelo poder econômico através de suas novas territorialidades, destacando aqui o setor agroindustrial. Os municípios de Mato Grosso do Sul são, na sua grande maioria, dependentes dos setores primário da economia, agricultura e da pecuária, ou seja, estão interligados direta ou indiretamente. Deodápolis não é diferente, de modo que esse é totalmente dependente do setor agrícola. Grande parte do que é produzido no campo, neste município, tem prioridades para comercialização externa de seus produtos, tentando, assim como no restante Brasil, produzir para exportação (commodities) e avançar através da interdependência da economia mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, a partir de levantamentos teóricos sobre a problemática apresentada, que o momento atual passa por grandes evoluções em seu contexto sociedade e

tecnologia, sendo que esse último busca a todo instante elevar cada dia mais o aumento produtivo, perfazendo uma grande divisão de classes, onde o agronegócio se torna o grande articulador no processo de desenvolvimento capitalista no país. Percebe-se que as estratégias do capital agroindustrial canavieiro mudam a todo instante com um único objetivo, que é obter cada vez mais lucros maiores, sem levar em consideração as diferenciações locais e regionais, modificando ou alterando também a rotina de muitos trabalhadores residentes em Mato Grosso do Sul.

No entanto, não basta reduzir somente o fortalecimento do agronegócio canavieiro, mais sim, estabelecer programas de políticas públicas que venham atender os anseios dos pequenos agricultores para que os mesmos tenham a oportunidade de continuarem em suas terras e que diminua com isso os conflitos no campo. Se os governos não executam tais políticas, os trabalhadores se veem diante de dívidas e se sentem impossibilitados de saná-las. Entregam-se ao trabalho das unidades agroprocessadoras de cana. A busca pela manutenção da propriedade da terra tem-se consolidado acima de qualquer outro desejo do trabalhador, pois ele tira o sustento próprio e de sua família da terra, apesar de todos os problemas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados-MS.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção de Geografia e Adjacências)

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IANNI, Octavio. Estado e capitalismo segundo Engels. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas, 1996.

LIMA, Pedro Alcântara. **Transformações da paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: Região Meridional de Mato Grosso do Sul**. Rio Claro. São Paulo, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p.156.
Os camponeses e a política no Brasil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. – **A degradação do Outro nos confins do humano.** – São Paulo; contexto, 2009.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** 2003. 432 p. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro In: Carlos, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia. São Paulo.** São Paulo. Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de Mato Grosso: a colônia agrícola nacional de Dourados.** Guarapuava: Anacleto. 2001. vol. 2, nº 1.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva, **Geografia**, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, jan./jun. 2009.

SANTOS, Vicência Deusdete dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional.** 2000. (Monografia de Especialização em Geografia), UFMS, Dourados, 2000.